

ATA da 6ª Reunião Plenária Ordinária da CIR/Metropolitana II

1 Aos 26 dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezenove, às 10 horas e 30 minutos, deu-se no
2 NEPP, Avenida do Amaral Peixoto, 169 no 6º andar, no Município de Niterói, a quinta Reunião
3 Ordinária da Comissão Intergestores Regional da Região Metropolitana II, contando com a
4 presença dos membros da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES): Elisabet
5 Pauer, Suplente do Nível Central; Karine Medeiros; Secretária Executiva e Ana Léa Lopes,
6 Assistente Executiva da CIR Metro II. Secretarias Municipais de Saúde: Itaboraí, Niterói, Rio
7 Bonito São Gonçalo e Silva Jardim. **A Plenária contou com a presença da representação da**
8 **SES, de 5 (cinco) Secretarias Municipais de Saúde, sendo de 3 (três) Secretários Municipais**
9 **de Saúde: Rio Bonito, Dailane Magalhães; São Gonçalo, Jeferson Antunes; Silva Jardim,**
10 **Vanessa Pinto; E de 2 (dois) suplentes: Itaboraí, Cristiane Feitosa; Niterói, Maria José**
11 **Pereira.** A Reunião também contou com a presença de Maria Luiza Benedito, Técnica de
12 Controle e Avaliação- SG; Cassia J. Cattai, CREG- metro II; Rafael Caetano, coordenador
13 RCPD; Fabiana Sant'Anna, Assessoria Controle e Avaliação; Dina Beatriz de Sousa,
14 PAISMCA- Rede Cegonha; Roberta Andrade, Coordenadora de Regulação Metropolitana II;
15 Deise Cardoso, Coordenadora NDVS; Gabriela Pessanha, Técnica NDVS; Denise Erbas,
16 coordenadora NEPP; Rafaella Pinheiro Coordenadora de Planejamento e Regulação; Gilson
17 Andrade, coordenador CIES metro II e Suely Osório; Apoiadora Regional do COSEMS. **I –**
18 **APRESENTAÇÃO: 1. Fluxos de Regulação de Reabilitação da RCPD e Fluxos de**
19 **Regulação de oftalmologia para o executor município de São Gonçalo.** Rafaela apresenta a
20 Reabilitação Rede de Cuidado com a Pessoa Portadora de Deficiência - RCPD e Oftalmologia e
21 aponta as distribuições de serviços de média e alta complexidade referência pra ele mesmo, teto
22 financeiro, dividido por município, cota anual e mensal. Demonstra como está organizado os
23 procedimentos, em pacotes uma vez que o recurso não é suficiente para cobrir toda a demanda.
24 Apresenta as cotas já utilizadas, demonstrando que tem municípios que já extrapolaram o recurso

25 da PPI no teto de São Gonçalo. Suely solicita o envio dos dados apresentados para o GT de PPI,
26 para discussão no grupo e comenta que com esse material é possível pedir uma reunião com a
27 Superintendência de Atenção Especializada Controle e Avaliação - SAECA para avaliar a rede,
28 pois a rede está insuficiente, tanto no que se refere à parte física quanto financeira e solicita
29 também reorganizar a rede de oftalmologia da Metropolitana II. Elisabet sugere que os
30 municípios façam um estudo elaborado com dados da rede apontada para agendar com a
31 Subsecretária de Gestão da Atenção Integral à Saúde da SES-RJ Mariana Scardua, para
32 apresentar o estudo e as deficiências da rede de oftalmologia e pensa que se a Metropolitana II
33 organizar a rede, o Estado poderá dar o suporte necessário. Rafaella solicita aos gestores as
34 indicações dos técnicos da rede da RCPD de cada município e informa que será realizado um
35 treinamento sobre o fluxo de oftalmologia em São Gonçalo para todos os municípios, informará
36 a data em breve. Rafael Caetano Coordenador da Equipe de Regulação da SSRCAA e
37 Responsável Técnico, apresenta o sistema de regulação em reabilitação da RCPD da
38 Metropolitana II e os outros municípios presentes na referida rede. Informa sobre a inclusão da
39 solicitação no sistema de regulação e regulação das vagas, lista de espera com relação à
40 quantidade de usuários, tempo de espera e taxa de ocupação nos serviços e a importância de
41 fiscalizar, controlar e avaliar o acompanhamento. Informa sobre o atendimento na Regulação da
42 PCD, sendo as modalidades de Regulação da PCD ABRAE: - Auditiva - Intelectual – ASSI.
43 Aponta os dados de estimativa de procedimentos de média e alta complexidade – modalidade
44 auditiva, meta quantitativa, teto MAC/recurso de custeio mensal e anual. Aponta a relação de
45 municípios com pactuação para atendimento de alta Complexidade (Saúde Auditiva - Alta
46 Complexidade sem Fonoterapia), pactuação para atendimento de média e alta complexidade na
47 linha de Cuidado CER II (saúde auditiva - média e alta complexidade com fonoterapia), a
48 estimativa de próteses por municípios conforme PPI, o fluxo de atendimento/regulação em
49 reabilitação/ saúde auditiva protetização 2019 e paciente aguardando a ser protetizado. Informa
50 que o município de São Gonçalo realizou várias ações para adequar o contrato com as
51 legislações preconizadas pelo Ministério da Saúde e demais órgãos fiscalizadores, como,
52 reuniões com a Coordenação de Reabilitação na Secretaria de Saúde do Estado, reuniões com o

53 prestador, reestruturou o setor de regulação e começou a regular o acesso levando em
54 consideração a estimativa de recurso e cotas por município pactuado e prévio do faturamento
55 com base na relação de pacientes regulados. **2. RCPD- Rede de Cuidado com Deficiência –**
56 **Executor município de Niterói.** Fabiana Sant’Anna e Maria Jose Pereira apresentam cenário
57 financeiro de órtese e prótese, informa que a rede RCDP funciona com a programação de PPI
58 reabilitação física, PPI para saúde auditiva e custeio do incentivo do prestador. Fabiana esclarece
59 sobre a dificuldade de inserção de órtese e prótese que é programada a parte pelo código e o
60 consolidado financeiro de todas as órtese e próteses emitidas no período de janeiro a março.
61 Maria José informa que a rede RCPD foi feito primeiramente a implantação da regulação e
62 organização da rede RCPD gradativamente e isso ajudou principalmente na organização das
63 instituições prestadoras dos serviços contratados, como os procedimentos de baixa complexidade
64 que passou estar corretamente na rede própria onde o paciente faz o primeiro contato. Por fim,
65 Maria José aponta a necessidade de abertura de curso, sugestão de utilizar o recurso da CIES, de
66 qualificação e educação permanente em regulação, não tratando apenas da ferramenta de
67 regulação em si, mas também no processo regulatório na Atenção Básica. **3. Situação atual do**
68 **Plano de Ações Regionais da CIES MII.** Gilson apresenta Matriz Plana Regional da
69 Metropolitana II de Educação em Saúde 2019-2022, projeto já pactuado. Informa sobre a ideia
70 de promover o Seminário Regional sobre o Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-
71 Saúde - COAPES para a região. O Seminário deve contar com a participação dos gestores,
72 técnicos e instituições de ensino da região para alinhamento conceitual sobre o COAPES.
73 Também informa sobre possibilidade de abertura dos cursos Aperfeiçoamento em Gerencia de
74 Unidade Básica de Saúde, Gestão da Clínica e Cuidado em Saúde, e o curso de Gestão de
75 Projetos de Investimento em Saúde na Elaboração nas Linhas de Cuidado. **4. Arboviroses.** A
76 apresentação reflete sobre o Cenário das Arboviroses do ERJ, relativos à Dengue,
77 Chikungunya e Zika. A apresentação é a mesma realizada na Reunião da Comissão
78 Intergestores Bipartite ocorrida em 06/06/2019 com ênfase na Região Metropolitana II.
79 **5. Campanha Nacional de vacina Contra Influenza.** Deise mostra os números absurdos da
80 vacinação contra influenza, sinaliza que as metas não foram atingidas e solicita mobilização dos

81 técnicos e gestores, pois isso é inadmissível. **II – PACTUAÇÃO: 1. Aprovação da Ata da 5ª**
82 **Reunião Ordinária da CIR/Metropolitana II de 2019.** Todos concordam. **2. Pleito de**
83 **Habilitação do Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III e Centro de Atenção**
84 **Psicossocial CAPS Alcântara do município de São Gonçalo.** Foi passado como informe na
85 última CIR e pactuação nessa CIR. Todos concordam. **3. Curso de Metodologias Aplicadas à**
86 **Educação Permanente em Saúde.** Elisabet informa que objetivo do curso é instrumentalizar
87 profissionais que atuam no campo da Educação em Saúde, em Metodologias Aplicadas à
88 Educação Permanente em Saúde, visando mudanças das práticas, dos processos de trabalho e a
89 aplicação de ações educacionais problematizadoras e eficazes. Tem como público-alvo os
90 profissionais de saúde que atuem na área da Educação em Saúde. Gilson repassa os nomes
91 indicados pela CIES: São Gonçalo – Thatiana Vieira Mattos, Coordenação NEPS; Maricá –
92 Estevão Alves de Souza, Professor; Niterói – Denise da Silva Erbas, Coordenação NEPS; Rio
93 Bonito – Lorena Barbozo da Silva Azeredo, Nutricionista. Todos concordam. **4. Projeto Roda-**
94 **Hans.** Elisabet relata que os municípios que foram contemplados para recebimento da carreta
95 são: São Gonçalo, Rio Bonito e Itaboraí. Todos concordam. **5. Plano de Ação da Rede**
96 **Cegonha.** Cristiane informa que o plano esta em andamento e que o Hospital Regional Darcy
97 Vargas de Rio Bonito esta como indeferida no Plano, pois o responsável não responde e não tem
98 representação no GT da Rede Cegonha. Fica acordado que a Secretaria Executiva Karine faça os
99 tramites de documentos para pactuação e Elisabet informa que o prazo final para envio será dia
100 nove de julho, antes da Câmara Técnica da CIB, para possível resposta do Hospital para
101 andamento do plano. Todos concordam. **III - INFORMES: 1. Nota Técnica DigiSUS nº 5,**
102 **com as orientações quanto à implantação do Módulo Planejamento do DigiSUS Gestor e**
103 **sua utilização.** Elisabet informa orientações quanto à implementação e Suely aponta a lista dos
104 técnicos municípios indicados para serem capacitados no sistema DigiSUS gestor. **2.**
105 **Encaminhamentos do GT de PPI.** Elisabet informa os documentos encaminhados pelo GT, que
106 foram apresentados na Câmara Técnica e realizados dois encaminhamentos do GT da PPI, o
107 primeiro se refere a necessidade do Estado e Municípios de organizar as Redes de Atenção à
108 Saúde, buscando a constante melhoria do acesso com qualidade dos usuários; a necessidade do

109 Estado em participar do custeio de exames e procedimento, para aquisição de serviços de
110 maneira complementar a Rede de serviços próprios; que os recursos do Governo Federal e os
111 mecanismos existentes para a estruturação da media e alta complexidade não tem sido suficientes
112 para atender a demanda por exames e tratamento e que essa situação acaba prejudicando o acesso
113 tempestivo ou mesmo inviabilizando o acesso aos tratamentos para contingentes consideráveis
114 da população que deles necessita; que elevados tempos de espera para a realização dos
115 diagnósticos e tratamentos podem produzir consequências graves para os pacientes, com a
116 diminuição das chances de cura e do tempo de sobrevida; que o diagnóstico e tratamentos tardios
117 levam a um aumento de gastos com procedimentos mais caros e prolongados para pacientes que
118 poderiam ter sido diagnosticados e tratados nas fases iniciais da doença; a grande dificuldade
119 encontrada para aquisição de procedimentos diagnósticos nos valores de referencia da tabela do
120 SUS, principalmente exames para diagnostico do câncer; que urgente o desenvolvimento de um
121 plano para sanar de forma efetiva a insuficiência da estrutura da Rede de atenção, que preveja a
122 ampliação da oferta de serviços até a completa solução das carências existentes; solicita ainda,
123 que tenha transparência na distribuição das vagas de joelho e coluna mensalmente por município,
124 independente do critério de distribuição de vagas. E o outro encaminhamento refere-se aos
125 valores destinados aos municípios de Niterói e Rio Bonito, executores da Rede de Alta
126 Complexidade em Oncologia, em conformidade com o artigo 3º da Resolução SES n º 1748 de
127 16/10/2018, para que sejam garantidos e repassados integralmente de forma automática,
128 assegurando a continuidade dos tratamentos e abertura de novas vagas, ou manutenção destas,
129 para atendimento dentro do limite financeiro estabelecido em cada unidade; avaliação dos
130 prestadores de serviços da Oncologia, em conjunto com os municípios executores, para mensurar
131 o potencial de absorção de demanda de cada um dos executores, de maneira a evidenciar a
132 existência de capacidade instalada para aumento de teto financeiro na região; esclarecimentos
133 quanto à composição do recurso de PPI no que tange a realização dos exames considerados
134 obrigatórios de oferta no UNACON E CACON, conforme destaque no artigo 15, da portaria
135 GM/MS nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014. Os impactos financeiros, sobretudo dos
136 exames de imagem, têm onerado os municípios executores. A composição dos recursos da Rede

137 de Oncologia e a obrigatoriedade de oferta dos exames pelo município executor tem sido alvo de
138 constantes debates na região metropolitana II. Todos cientes do conteúdo dos documentos. **3.**
139 **Encaminhamentos do Grupo Técnico do Hospital Antônio Pedro e da Comissão de**
140 **Acompanhamento do POA Hospital Universitário Antônio Pedro.** O representante
141 do GT e da Comissão não estava presente e sua ausência foi justificada. **4. Calendário**
142 **das Reuniões dos Grupos de Trabalho, Comissões, Câmara Técnica e CIR – 2019.** Karine
143 repassa as datas dos GTs e informa que enviará via e-mail. **5. Informes COSEMS/RJ.** Suely
144 reproduz seus informes. A reunião foi encerrada às 13 horas. Nada mais a tratar, Elisabet Pauer
145 deu por encerrados os trabalhos, antes convocando os participantes para a próxima Reunião
146 Ordinária, a se realizar no dia 24 de Julho de 2019, às 09h30min. Eu, Karine Medeiros,
147 Secretario (a) Executivo (a) da CIR Metropolitana II, lavrei e assinei a presente ata. Niterói, 04
148 de Julho de 2019.

Karine Medeiros
Secretario (a) Executivo da CIR

Secretária Municipal de Saúde de

Representante (Titular ou Suplente) Nível Central SES